

ENTREVISTA

Especial



Roger Chartier

Por: Claudete Maria Miranda Dias

ENTREVISTA COM ROGER CHARTIER CONCEDIDA À HISTORIADORA CLAUDETE MARIA MIRANDA DIAS*1 .

APRESENTAÇÃO

Em uma manhã de setembro de 2004, Roger Chartier nos concedeu esta entrevista, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro. Estava no Brasil para participar do II SEMINÁRIO DE HISTÓRIA CULTURAL, no qual apresentou uma palestra sobre a Nova História Cultural.

Esta entrevista foi uma oportunidade de ouvir um historiador (de tanto talento), cuja obra tem contribuído para a história cultural em várias partes do mundo. São muitas as questões que poderiam ser feitas. O enfoque das questões e respostas forma um resumo das idéias de Chartier em torno da história cultural da leitura, das práticas de escrita, dos livros, das relações entre cultura escrita e literatura e da relação entre história e ficção. Ele expôs suas próprias técnicas de leitura e falou da relação dos leitores com livros dele, bem como de sua técnica de pesquisa de trabalhar com a literatura clássica de autores como Cervantes e Shakespeare e de modernos como Jorge Luis Borges. Sondado sobre a relação França e Brasil fez uma avaliação da influência e contribuição da cultura francesa e do papel

da École des Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris, na formação de historiadores brasileiros e de outros países.

No momento da entrevista, de duas horas e meia de duração, parecia que estávamos em um laboratório de pesquisa, frente ao conhecimento que Chartier expôs. Diante de um historiador que exerce, de certa forma, influência entre historiadores do mundo inteiro, procuramos saber como o historiador Roger Chartier trabalha, numa tentativa de fazê-lo falar na primeira pessoa do singular; mas ele fugiu desta trilha até as últimas questões quando então se refere ao novo gênero da “ego-história”, criada por Pierre Nora, na França, que para Chartier, « conduz o historiador a se colocar como objeto de seu discurso », considerado por ele algo terrível. Por isso, diz que sempre se recusa « a responder perguntas muito pessoais, talvez por pudor, mas sobretudo para evitar as armadilhas da ilusão biográfica”, designada por Bourdieu.

Esta entrevista foi um dos caminhos para a construção de uma parte da pesquisa de pós-doutorado, na qual enfoca-se a

* Esta entrevista faz parte da Pesquisa de pós-doutorado em História Cultural “O Brasil como laboratório de análises na França” desenvolvida entre março/2003 a agosto de 2004, no PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA da UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – sob a Coordenação do Prof. Dr. Ronaldo Vainfas e no CENTRE DE RECHERCHES HISTORIQUES da ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES, de Paris, com o Prof. Roger CHARTIER

influência da historiografia francesa na formação de historiadores brasileiros, tendo como um dos parâmetros, a contribuição de Chartier para a história cultural no Brasil¹.

Mais do que uma entrevista (gravada em um pequeno aparelho, que deixou ruídos na fita, dificultando a transcrição), foi uma verdadeira conferência transbordando conhecimento. Merece ser lida várias vezes.

ENTREVISTA :

Claudete Maria Miranda Dias (CMMD):

Como um historiador que já veio várias vezes ao Brasil, qual imagem o senhor tem do país?

Roger Chartier: Ao contrário de muitos viajantes franceses, penso que é preciso ter cuidado com generalizações e conclusões precipitadas. Existem muitos intelectuais franceses que após passarem apenas alguns dias ou algumas semanas em um determinado país, publicaram livros que supostamente revelam para os próprios habitantes sua característica mais profunda, sem o saber. Portanto, sinto-me um pouco incomodado em fazer um diagnóstico. No mundo acadêmico ou universitário do Brasil é nítida a existência de traços originais devido, sem dúvida, à convergência de interesses situados em outras disciplinas, e em outros contextos. Penso, por exemplo, que os problemas da história cultural e, particularmente, os problemas da leitura, da escrita, da circulação e da apropriação de textos são um campo de pesquisas no qual encontramos, no Brasil, historiadores, críticos literários, sociólogos ou especialistas em educação. Sem dúvida, é devido ao fato

de o Brasil ser um país onde existe uma associação de história da leitura, e onde acontecem encontros, colóquios ou seminários reunindo colegas ou estudantes provenientes de diferentes disciplinas - e particularmente das ciências da educação que constituem, em muitos países europeus, um domínio particular da didática e da pedagogia. No Brasil, estas ciências são profundamente influenciadas por abordagens das ciências sociais. Logo, há um traço original que, sem dúvida, está ligado às questões que ultrapassam a atividade da universidade, como questões sobre o desenvolvimento do país e o alto analfabetismo. O interesse pelas práticas culturais, quer sejam de ordem textual ou não, está intrínseco neste interesse. Creio que temos aí, um traço original. Além disso, há uma impressionante produção em história, em sociologia e em crítica literária. Basta visitar uma livraria para se comprovar. O problema, evidentemente, é que esta produção não é conhecida por pesquisadores que não trabalham no Brasil ou que não lêem em português. Teria que haver esforços de mediação para fazer com que essas produções intelectuais que tratam sobre a história do Brasil e a literatura brasileira possam ter uma circulação mais ampla, começando por traduções. É um grande problema que atinge o Brasil. Numa época em que se fala de globalização, penso que, no mundo onde circulam os trabalhos intelectuais, estamos diante de uma fragmentação que permanece muito forte. No mundo norte-americano, por exemplo, um livro só existe se existir em inglês (exceto para os especialistas de determinado domínio lingüístico). Temos aí uma grande

questão que, neste momento, também pode incluir o francês. Durante um certo tempo, tivemos a ilusão de que o francês tinha uma circulação ampla e imediata devido a antigas tradições dos intelectuais franceses, como o estruturalismo e a história dos *Annales*. Porém, isso não é mais verdadeiro. Línguas como o francês, o italiano, o espanhol e o português, são extremamente desvalorizadas pelo mundo acadêmico norte-americano. Digo isso porque este é o mundo dominante, e nós somos os dominados. A questão vai além do caso brasileiro e situa-se no nível da ajuda à tradução, na tomada de consciência de que os trabalhos podem ser intelectualmente importantes, independentemente de seu objetivo específico.

CMMD: Podemos falar de influência cultural da França sobre o Brasil?

RC: Penso que existem fatos objetivos. Por um lado, em pleno século XX, uma escola histórica identificada com os *Annales* de *Febvre* e *Bloch*, e depois por *Braudel*, representou, se não um modelo exclusivo, pelo menos, uma referência inovadora. Por outro lado, estávamos ainda em um período no qual o conhecimento do francês pelas elites permanecia forte e que não era necessário aos autores franceses, viajando pela América Latina, falar a língua do país, como o espanhol ou o português. E tem mais, no caso brasileiro, existe esta história, que já foi muito bem escrita, sobre a contribuição fundamental dos franceses na construção das Universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, por historiadores como *Febvre*, *Braudel*, *Hauser*, etc. Tudo isso definiu um

quadro no qual se pode falar da influência francesa. Penso que a situação atual é totalmente diferente. Se há influências, são influências múltiplas nas quais a França não desempenha um papel central. Como prova disso temos, por exemplo, o catálogo de uma editora como a Companhia das Letras, mais aberto aos historiadores de língua inglesa (*Robert Darnton*, *Peter Burke*) ou italiana (*Carlo Ginzburg*) do que aos clássicos dos *Annales*. Claro que outros editores possibilitam a circulação das obras dos historiadores franceses. Mas é claro que estamos em um mundo infinitamente mais fragmentado, mais diverso, mais plural, e que seria completamente impensável dizer que existe uma escola historiográfica ou uma tradição nacional que tenha uma influência dominante. A segunda evidência, que me parece ser menos perceptível é que, na atualidade, há mais reciprocidade. Se durante um tempo o modelo podia ser exportado sem que houvesse uma troca verdadeira, o que se vê atualmente, é o retorno a uma história mais global, com o interesse na França pela América Latina (se é que existe essa noção), e uma atenção maior à história do Brasil e aos historiadores, sociólogos e antropólogos brasileiros. Parece que estamos em um momento em que um certo número de historiadores franceses procura inspiração em trabalhos e contribuições que estão enraizadas nas tradições científicas do Brasil, bem como do México e da Argentina.

CMMD: Então como podemos explicar o grande número de estudantes brasileiros na École des Hautes Études em Ciências Sociais (EHESS) desde os anos 1970? Não

seria uma influência das Ciências Sociais francesas na formação dos pesquisadores brasileiros? E seria uma influência desta conceituada instituição teria na formação desses pesquisadores?

RC: Em história, sociologia, antropologia é verdade que uma grande quantidade de colegas ou estudantes brasileiros vêm a École des Hautes Études em Ciências Sociais. Há, para isso, razões históricas: a presença na École de grandes figuras intelectuais conhecidas no Brasil desde os anos 1950 e o fato da École possuir uma estrutura de ensino muito mais flexível do que as Universidades. Os estudantes podem vir por um ano, três meses ou menos, e os seminários são abertos. Certamente, é muito mais difícil organizar tais temporadas dentro das universidades que possuem funcionamento mais rígido. Mas, ao se pensar no setor da educação que é muito influente no Brasil, temos outras instituições em jogo: algumas universidades e o Instituto Nacional de Pesquisa Pedagógica.

Voltando às três grandes ciências sociais (sociologia, antropologia e história), há uma forte presença de estudantes e de colegas brasileiros, com titulações, nas quais me perco um pouco. Às vezes são estudantes que vêm fazer uma tese, outras vezes, colegas que, após uma tese têm um ano de pesquisa e, às vezes se trata de curtas temporadas de apenas alguns meses. A estrutura do seminário da EHESS permite que isto uma vez que se pode assisti-los por períodos variados. Não é como um curso contínuo no qual é absurdo faltar o início ou não assistir ao final. Portanto, há uma adequação entre a forma de ensino através

de seminário e a duração extremamente variável das temporadas. O Brasil, apesar das dificuldades econômicas e universitárias, é assim mesmo, um país no qual existem instituições que enviam pesquisadores ao estrangeiro. Não se pode dizer a mesma coisa de outros países da América Latina. Penso que é uma sorte, mas, isso não quer dizer que não haja crise no ensino ou que os orçamentos não estejam severamente reduzidos e que não seja preciso fazer mais. Porém, há o fato das instituições francesas também não ajudarem muito, o que é um grande problema. As instituições francesas oferecem muito poucas bolsas. A maioria dos brasileiros vem com bolsas brasileiras e não com ajuda de uma instituição francesa. É um grande escândalo. As autoridades francesas lamentam o declínio da língua e o recuo da influência francesa, mas ao se comparar com outros países como a Alemanha ou os Estados Unidos, elas não fazem nada para oferecer condições materiais aos estudantes e colegas que desejam vir à França.

No meu caso, o encontro com o Brasil está, sem dúvida, ligado aos temas de meu trabalho. Como eu dizia, há no Brasil este grande interesse pela cultura escrita, na medida em que há uma preocupação de uma grande parcela da população em relação à escrita. Outro dia escutei alguém dizer, na abertura do salão do livro para crianças, que o número de brasileiros analfabetos era três vezes a população da Bélgica. Isto constitui uma minoria, pois três vezes a população da Bélgica, não é quase nada. No entanto, por trás desta questão do analfabetismo e da atenção a todos os processos que permitem reduzi-la, há um

interesse específico no Brasil, pelas questões da cultura escrita que relacionam os problemas da educação com a circulação da escrita, o desenvolvimento de trabalhos sobre a história da edição, sobre a história das práticas e das formas de leitura e, mais recentemente, trabalhos sobre as formas de escrita: correspondências, memórias, jornais íntimos, autobiografias, etc. Como este é o campo principal de meu trabalho, efetivamente houve um encontro entre meus interesses e estas preocupações brasileiras.

CMMD: Enquanto autor, o senhor poderia falar da relação com seus leitores brasileiros e da apropriação que eles fazem de seus livros?

RC: Há apenas duas possibilidades, seja com os colegas ou estudantes que vêm a Paris, quando é possível ter conversas como esta que temos hoje, e que não é a primeira; seja no Brasil, nos encontros ou depois de conferências, é possível haver trocas com os participantes ou os ouvintes e, igualmente, utilizar a mediação das entrevistas publicadas nos jornais. Em cada circunstância, é possível medir como o trabalho que você fez é percebido e recebido.

O mais importante é compreender como os colegas ou os autores citam ou utilizam os trabalhos em suas próprias pesquisas. A leitura é sempre um pouco aleatória, ou seja, ninguém leu tudo. Sempre se apropria de fragmentos, de elementos, encontrados quando se tem a chance de ler um livro que ecoa com o que se está fazendo. O que se retém, talvez não seja o mais importante para o autor. Mas os leitores, tal como nós ao escrevermos, empregam o que

lêem em suas próprias perspectivas ou preocupações, isso é normal. Para mim, que leio os outros para escrever, a leitura está sempre relacionada com a escrita, mesmo quando aparentemente é feita por puro prazer. Isso é característico da apropriação. É por isso que, em alguns momentos, ficamos surpresos quando um leitor cita determinada coisa à qual você não deu muita importância. Mas, isso é o que eu mesmo faço com autores antigos ou modernos. Quando se lê, anos depois, o mesmo livro, não se lê da mesma maneira. É a força de certos livros em relação a outros. Alguns, ao final de alguns anos, não despertam mais interesse, enquanto que outros são objeto de permanentes reapropriações.

CMMD: Em seu trabalho como historiador o senhor utiliza como fonte, por exemplo, Jorge Luis Borges. Qual a importância para seu trabalho da literatura deste escritor latino americano?

RC: Borges é um dos autores que trata dos mesmos problemas que nós, historiadores: do livro e da leitura. Poderíamos dizer que todos os textos de *Borges*, mesmos se eles contem histórias, são textos que trazem para a literatura questões fundamentais da cultura escrita: o que é ler? O que é escrever? O que é um livro? O que é a literatura? Como se constrói o sentido? Portanto, todos os objetos, além das fábulas, são os que, de uma forma ou de outra, abordamos quando tratamos os problemas de uma história da leitura e da escrita. E por outro lado, ele evidentemente possui uma grande erudição, o propósito poético, metafísico, ontológico ultrapassa o que um historiador poderia dizer

sobre as mesmas questões. É por isso que comparei, em um texto, a forma como *Borges* e *Foucault* tratam a questão do autor. *Foucault*, em um famoso ensaio intitulado *O que é um autor?* Quer mostrar que as condições que impõem aos discursos sua própria atribuição são condições historicamente variáveis. *Borges*, em *Borges et yo* designa a mesma dissociação entre o escritor e o autor, a pessoa que escreve e o nome próprio, mas não o fim de uma genealogia dos discursos como em *Foucault* que pretendia assinalar em qual momento e por quais gêneros a “função autor” se impôs aos discursos que antes circulavam de forma anônima. *Foucault* talvez não tenha razão quanto à cronologia que propõe, mas define muito claramente um problema que a maioria dos historiadores ignorou: saber que os textos sempre foram escritos por alguém, mas que nem todos os textos possuem autores. Em *Borges*, através do ato literário, esta questão não é tratada de modo teórico ou histórico, mas adquire ressonâncias de natureza ontológica ou metafísica. A relação entre o indivíduo concreto e singular e o nome próprio é designada como uma relação de desagrado, pois é como se o indivíduo singular estivesse destruído ou devorado pelo nome próprio. Mas, ao mesmo tempo, se o indivíduo singular tem alguma chance de sobreviver, é somente o nome próprio que lhe possibilita. O jogo de *Borges* em *Borges y yo* é um jogo fascinante que ultrapassa, em todas as partes, uma análise histórica e crítica, e que propõe através de uma escrita fulgurante e poética uma reflexão sobre a relação entre o indivíduo singular e a construção, social ou póstuma, de sua identidade. É por isso que penso que *Borges*

é muito importante. Há um outro texto que sempre utilizo, *El espejo y la máscara*, no qual um poeta propõe por três vezes um mesmo poema a seu Rei, que é uma ode de louvor, e onde a cada vez, como em uma experiência de laboratório, *Borges* modifica a forma de comunicação do texto, a natureza do público, o modelo poético e retórico, a relação entre a representação e os fatos. Temos aí uma espécie de tratamento, no próprio ato poético, de questões da história da leitura e da escrita: como um texto muda de sentido, mudando também sua retórica, sua poética, o público ao qual se dirige, a forma de sua circulação e a concepção da relação entre as palavras e as coisas que o fundam. Há aí, na minha opinião, um tipo de indicação inquieta que mostra que os objetos dos quais tratamos são legítimos e essenciais, mas que ao mesmo tempo nos põem questões às quais não podemos responder como historiadores ou sociólogos: as respostas pertencem a um outro registro, o da escrita inspirada.

CMMD: O que o senhor pode nos dizer do poder da ficção sobre a realidade?

CR: Por um lado é bastante complexo. Por que minha paixão por determinados autores? Porque penso que são autores essenciais, mas também porque é tão bem em *Shakespeare* na prática teatral, quanto em *Cervantes*, e não apenas em *Dom Quijote*, mas também nas *Novelas ejemplares*, ou ainda em *Borges* o ato de produção da escrita, o ato de publicação, o ato de leitura, são mesmo os objetos da escrita literária e, então, temos aí uma profunda associação entre as questões dos

historiadores e as ficções literárias que se apoderaram da leitura e da escrita a fim de fazê-las motivos essenciais da ficção, da escrita sobre a escrita. Isto é colocar a escrita e a leitura em um texto literário. O último livro que publiquei (*Inscrire et effacer, Culture écrite et littérature*), trata-se de compreender como as obras literárias são apropriadas para seus próprios fins estéticos das práticas, dos objetos, das normas da cultura escrita de seu tempo. Temos aí uma primeira modalidade da relação entre história e ficção: a ficção como objeto do trabalho histórico.

Temos ainda uma outra, inversa, que coloca sua atenção na história como ficção, isto é, como uma escrita que utiliza as figuras retóricas e as formas narrativas que também são as da literatura. Esta constatação levou alguns a concluir que não havia diferença entre os relatos de história e os relatos de ficção, e que uns e outros produziam o mesmo tipo de verdade. Contra esta posição é preciso lembrar *Carlo Ginzburg* em seu comentário do texto fundador da crítica histórica, (aquele no qual *Lorenzo Valla* demonstra que era falsa a suposta doação do imperador Constantino estabelecendo a soberania do Papa sobre os reinos do Ocidente), que o regime do discurso histórico é o do verdadeiro e do falso, da prova e da autenticidade. Não há contradição, como sublinha *Ginzburg*, entre prova e retórica, ciência e ficção – se entendemos, por isso, as formas através das quais lê-se um discurso. Esta dimensão, me parece, é apresentada (e contra o comentário que às vezes é feito destes autores) na definição de *Michel de Certeau* da cientificidade dos enunciados históricos, assegurados por operações, controles e regras específicas,

ou na intenção de verdade que Paul Ricoeur dá ao relato de história. Por esse motivo não vejo a oposição tão radical que sempre se fala entre esses autores e os que, como *Carlo Ginzburg*, se inscrevem na tradição de *Momigliano*. A reivindicação de uma definição científica da história fundada nos métodos críticos e a atenção colocada no relato, na narração, na ficção da história, não se excluem, ao contrário. Creio que houve muitos mal-entendidos vindos de formulações que podiam dar a impressão que era preciso escolher entre uma cientificidade sem relato ou um relato sem saber.

CMMD: Enquanto historiador, como o senhor relaciona prática e discurso na elaboração de um livro?

RC: Em primeiro lugar, há o complexo problema das relações entre prática e discurso. O ponto que deve ser claramente estabelecido é que a lógica de construção dos discursos não pode ser tida como idêntica à lógica de construção das práticas sociais, quer seja das práticas ordinárias ou das práticas rituais. E logo devemos considerar a heterogeneidade que *Foucault* reconhece entre séries de discurso e estruturas não discursivas, ou que *Bourdieu* postula entre o sentido prático e a razão escolástica. Temos aí uma distinção fundamental. A dificuldade para o historiador é que o acesso às práticas do passado freqüentemente só é possível através dos discursos que as representaram, prescritas, proscritas, proibidas, definidas, etc. Temos então uma forte tensão entre a metodologia que dá acesso às práticas através dos

discursos e a teoria que afirma a heterogeneidade entre as práticas e os discursos. É um desafio fundamental que existe para todo trabalho histórico. Evidentemente, há outras abordagens possíveis (as imagens, os restos arqueológicos, a história da natureza) porém, a massa documental que permite o acesso dos historiadores às práticas do passado é constituída por textos.

Em seguida vem a questão mais particular. Somos um bom observador de nós mesmos? Não faço idéia. E penso sobretudo, que não haja tal singularidade individual. Todos os historiadores trabalham da mesma forma, em um vai-e-vem entre a definição de um objeto e sua construção, a procura de fontes e as interpretações para dar conta disso. E esta construção é alimentada pelas leituras, comparações, trabalhos reflexivos. Não sei se temos aí algo de particular a dizer. As práticas de pesquisa dependem da natureza do trabalho que se faz. Se trabalharmos, essencialmente, como eu faço, com textos impressos, estamos diante de um trabalho de análise clássico, e que suponho, já se praticava no século XVII. Trata-se de ler o máximo de instrumentos de leitura e de compreensão possíveis – quer sejam bibliográficas, filosóficas, hermenêuticas, etc. Ao se trabalhar nos arquivos, as mesmas exigências possuem uma forma particular como mostra, maravilhosamente, os livros de *Arlette Farge*. E se trabalhamos sobre o mundo contemporâneo podemos também colocar a exigência de uma história oral que supõe outras técnicas de pesquisa. Creio que as especificidades nas práticas de pesquisa dependem do objeto que se escolheu ou que se construiu.

Para uma reflexão mais geral sobre as relações entre as práticas de pesquisa e as práticas de escrita, é preciso retornar às páginas da *Écriture de l'histoire* na qual *Michel de Certeau* mostra que a pesquisa talvez não tenha fim, porém, um texto deve ter um fim. A pesquisa começa no presente, mas, em geral, a escrita dos historiadores começa em um momento mais distante, no passado. A pesquisa vai do presente ao passado, enquanto que o relato de história vai do passado mais distante ao passado mais recente. Ele também mostra que a pesquisa é infinita e aberta ao passo que o texto deve apresentar coerência e completude. É uma reflexão que não ultrapassou a contradição entre a escrita da história, que supõe uma sucessão, um acabamento e uma completude, e a pesquisa que, supostamente partindo do presente, não preenche todas as lacunas e poderia ser infinita. É uma experiência que cada um faz em função de seu objeto, de suas fontes e de suas técnicas de análise, mas que permanece presa neste modelo.

Para referirmos ao acaso, há muitos romancistas do século XVIII que diziam ter encontrado, por acaso, as correspondências que publicavam. É o que fez *Richardson* com as cartas de *Pamela* e de *Clarissa*, das quais ele se proclama o simples editor. No caso de *Ginzburg*, o acaso não é que ele tenha encontrado nos arquivos o processo de *Menocchio*, o moleiro do *Frioul*, visto que ele trabalhava nos arquivos da inquisição e estava interessado, bem como seu senhor *Cantimori*, pelos heterodoxos italianos. Ele queria mostrar que a Itália não apenas se identificava na reforma católica, mas que havia conhecido, senão a reforma

protestante, pelo menos a heterodoxia. O acaso é que ele encontra *Menocchio*, que não era de forma alguma um desses sábios heterodoxos, mas um moleiro que havia construído toda uma visão do mundo. *Ginzburg*, sendo um dos que defende avidamente a cientificidade crítica da história, também é um dos historiadores mais hábeis no manejo das formas narrativas, e não somente as da literatura, mas também do cinema. Seu livro, *Il formaggio e i vermi*, consagrado a Menocchio, está construído como uma série de planos, de recortes de trabalho. Ele é um mestre em pôr em cena os acasos históricos e historiográficos.

CMMD: No início de sua carreira, o senhor era um Historiador da educação. Foi por isso que nasceu seu interesse em escrever sobre a história da escrita, do livro, e da leitura?

RC: Nos anos 1970, a educação era um dos campos inovadores da história francesa. Na época era um campo que, como toda a história cultural, estava dominado pela idéia que tínhamos poder de atingir um grau de certeza, de verdade, através da estatística. Então era preciso ter fontes maciças e tratava-se de fazer estatísticas. Isto era válido para a história da educação, da edição, da leitura, compreendida como história do livro. É no interior deste modelo que, progressivamente, veio a idéia de que os dados estatísticos eram fundamentais para se ter uma idéia das desigualdades, das distribuições, das circulações, mas que talvez não fosse a melhor maneira, senão de responder, pelo menos de formular as questões mais importantes. O mais importante é saber como os textos atingiram

seu leitor, como os leitores os compreenderam, os utilizaram. Evidentemente os dados estatísticos permanecem mudos diante disto. Eles podem atestar que em uma determinada biblioteca encontramos preferencialmente mais livros de teologia do que de poesia. Mas não podemos saber como foi a leitura do leitor. Então, seria necessário mudar as questões, mas de imediato mudar as fontes e talvez, também, os critérios de prova, na medida em que, responder a questão sobre a apropriação pelo leitor supõe encontrar textos que evidenciem as apropriações (vem daí o interesse pela literatura e os testemunhos de leitores, em memórias, jornais, autobiografias) ou analisar as obras que contenham anotações deixadas, às margens, pelos leitores. Percebemos que, diante destes documentos não podemos mais manejar o critério de representatividade estabelecido pelas fontes estatísticas e que seria absurdo tentar pôr em série ou extrair dados quantitativos destes documentos. Eles dão acesso a realidades históricas que estão numa ordem diferente da historiografia francesa na tradição da história social, tornada história cultural. É no contexto de um trabalho já realizado sobre livros, a livraria, a leitura, a edição, mais que era visto em uma perspectiva estritamente social e quantitativa, que nasceu a questão da leitura e a abertura de muitos outros campos de pesquisa: a história das práticas de escrita ou das relações entre cultura escrita e literatura. De fato, numerosos questionamentos nasceram das aquisições e limites do que *Pierre Chaunu* chamou “*A história seriada no terceiro nível*”. Uma história que aplicava métodos estatísticos,

forjados pelas histórias da economia e da sociedade, no terceiro nível, que é o da cultura. Historiadores como *Michel Vovelle* ou *Daniel Roche*, mestres neste tipo de história, eles mesmos, se deslocaram em direção a outros objetos: a antropologia histórica das práticas, os relatos autobiográficos, etc. Suas trajetórias são inteiramente sintomáticas de um percurso coletivamente experimentado pelos historiadores franceses da tradição dos *Annales*. E, portanto, igualmente por mim.

CMMD: A nova História Cultural provocou uma transformação que começou com a História Social. No Brasil, a nova História Cultural está muito ligada ao senhor, porém, em sua conferência no 2º Simpósio Nacional de História Cultural (setembro/2004, na Fundação Casa de Rui Barbosa), o senhor disse que Lynn Hunt é a primeira a falar da nova História Cultural. O livro que ela organizou é muito conhecido nas universidades, aqui no Brasil, mas o senhor é conhecido como o precursor da História Cultural.

RC: Esta colega americana organizou um colóquio em *Berkeley* e publicou o livro intitulado *The New Cultural History*. Foi ela quem introduziu esta categoria de forma explícita, no título deste livro. Isto prova que antes havia historiadores que já praticavam este novo tipo de história cultural, visto que o livro foi como um balanço. É um livro organizado de quatro ensaios sobre autores de referência (*Foucault*, *E.P. Thompson*, *Natalie Zemon Davis*, *Hayden White*, *Clifford Geertz*) e de quatro ensaios sobre determinados campos de trabalho (os rituais,

o corpo, a cultura impressa, as representações picturais). É um livro balanço, quer dizer, foi um pouco como um manifesto por uma forma de história que já existia. Inicialmente *Lynn Hunt* havia feito, sobretudo, trabalhos de história política sobre a Revolução Francesa. Em seguida retornou às formas de história política com um tipo de passagem pela psicanálise. Ela escreveu um livro sobre a Revolução, as relações entre pais e filhos, utilizando modelos psicanalíticos. Portanto, não podemos dizer que seu próprio trabalho seja a ilustração mais sintomática da Nova História Cultural. Porém, ela foi a autora do livro que a tornou vista como categoria historiográfica.

Nos termos de *Lynn Hunt*, a Nova História Cultural se caracteriza inicialmente por novas alianças com disciplinas consideradas como as mais próximas, mas que anteriormente não eram: a antropologia e a crítica literária. Isto permanece verdadeiro. Uma prática da antropologia histórica está presente, bem antes do livro de *Lynn Hunt*, nas obras de *Jacques Le Goff*. E o retorno ao texto supõe um apoio na crítica literária – o que pode conduzir, como em meu caso, a uma abordagem histórica da literatura. O segundo aspecto é que esta Nova História Cultural é reflexiva e desenvolve a análise de suas próprias práticas. O debate em torno de *Hayden White* ou de *Michel de Certeau* e as réplicas de *Carlo Ginzburg* inscrevem-se nos questionamentos dos historiadores sobre o que eles fazem. Produzem saber? Escrevem fábulas? O terceiro aspecto, talvez o mais interessante era que a história social tradicional que considerava que havia recortes, desigualdades definidas por

critérios objetivos (meios de produção, níveis de fortuna, ocupações sócio-profissionais), não se opunha que o social fosse construído pelas representações. Daí vem a idéia que as representações do mundo social e seus recortes são elementos essenciais da história social, mesmo se tratando de dados que não são imediatamente quantificáveis. Elas constroem as relações sociais e, deste ponto de vista, para um sociólogo como Pierre Bourdieu, as lutas de classificação são tão importantes quanto as lutas de classes. As lutas de classificação são a expressão e o instrumento das lutas de classe. Os dominantes designam os dominados, e os dominados pensam na sua condição específica em relação à representação dominante do mundo social. Portanto, havia aí uma definição da relação entre representação e prática que permite pensar a construção do mundo social como dinâmica, plural, móvel, e não apenas estabelecer uma hierarquia que leva em conta critérios objetivos. Deste ponto de vista, a Nova História Cultural me parece ter aberto um espaço para pensar as representações como construtoras das realidades sociais, pois elas mesmas são realidades fundamentais.

Portanto, há um acordo sobre três elementos essenciais: a reflexividade, a aliança com a antropologia e a crítica literária e a noção de representação: *Lynn Hunt* participava da revista de *Berkeley* que tem por título *Representações*, não para opor a noção da história social, mas para considerar que ela é uma categoria decisiva de uma nova forma de história social. Para mim, a “nova história cultural” é, antes de tudo, uma nova maneira de definir e praticar a história

social. Como dizia *Lucien Febvre* “a história é social por definição” .

CMMD: Ele dizia isto e o senhor disse que tudo poderia ser *História Cultural*. A *História Cultural* leva em conta as “pequenas coisas” do cotidiano, os rituais, o corpo. O acontecimento, os fatos, os movimentos sociais são praticamente esquecidos pelos historiadores culturais. Quer dizer que não interessam à História Cultural?

RC: Aqui talvez esteja o risco das deformações ou das derivações da história cultural. Podemos tomar como exemplo o clássico livro de E. P. Thompson sobre a formação da classe operária inglesa. É uma história cultural fundamentalmente social, fundada na idéia de que o mundo social é construído a partir de relações sempre violentas que podem existir entre as representações aí propostas deste mundo social: as que são impostas pelos dominantes e as que são construídas pelos dominados. A classificação que os indivíduos ou os grupos fazem dos outros, as percepções do universo social são possíveis em função de determinada posição ou trajetória. Então, para mim não há nenhuma diferença entre uma história de lutas de classificação e uma história de lutas de classes. O livro de *Pierre Bourdieu*, *La distinction*, é um livro sobre as desigualdades sociais, muitas vezes violentas, na França do século XX. Estas desigualdades se fundam nas propriedades objetivas. Há pessoas que têm salários de um certo nível e outras não. Há quem possua meios de produção e outros não. Há quem tem trabalho e outros não. Estes dados são

absolutamente essenciais, mas são retraduzidos pelo modo através do qual cada um desses indivíduos, dentro de grupos ou de classes, pode perceber o mundo social, os outros, a si mesmo, o futuro. Então, penso que esta é uma forma de dar uma força inédita à história social, alimentando-a através da análise das categorias que empregam os indivíduos para construir sua própria existência dentro do mundo social. Deste ponto de vista, não há nada a saber em se tratando de uma história cultural ou de uma história social. É uma história que visa entender como as relações de desigualdades e as relações de dominação se exprimem e são alimentadas por sistemas de representações que podem conduzir, seja, geralmente, à reprodução do sistema, seja, mais raramente, à sua ruptura.

Então, quando uma história cultural se perde em análises de pequenas coisas, como você diz, é uma desvirtuação inoportuna. Talvez as pequenas coisas possam ser indicadores de grandes coisas, mas muitas vezes elas são apenas pura curiosidades. O problema não é dizer que a história cultural é mais importante que a história política ou que a história social... Não é compreender que a análise de uma ruptura revolucionária, de uma estrutura de desigualdades sociais, de uma luta ou de um conflito político deve pôr em funcionamento todo um conjunto de elementos e não deve esquecer nem as condições objetivas mensuráveis, nem suas expressões e construções através das representações, dos julgamentos, das classificações. Portanto, primeiro vemos que a idéia não é opor as representações das realidades mas de considerar que as representações são

realidades que, em sua ordem, exprimem e produzem o mundo social.

A história das representações também é uma via de acesso à história política. Tomemos o exemplo da Idade Média. A realidade histórica, às vezes, só é acessível por relatos, freqüentemente produzidos numa grande distância cronológica dos fatos. É o desafio levantado pelo livro de Jacques Le Goff sobre Saint Louis, cuja biografia foi construída pelos discursos que se tem dele, do rei santo, o que não quer dizer que não se possa documentar as profundas transformações introduzidas pelo reinado de Saint Louis na estrutura da monarquia ou no sistema de governo, ou mesmo da estrutura social. Para mim, é evidente a definição da história das representações como uma forma de história social que define a “nova história cultural”.

CMMD: O que o senhor diria de uma sociedade que, no início do século XXI, possui uma população de analfabetos que não têm o hábito da leitura e onde a Tv possui uma grande influência?

RC: Para esta questão há uma resposta que é inteiramente generosa e que também é um lugar comum: é preciso desenvolver o acesso à leitura. É muito raro encontrar uma pessoa que declare que seja preciso manter o analfabetismo e fechar as escolas. A leitura e a escolarização são necessárias para progredir no mundo social tal como ele é. Mas, além dos discursos de boa vontade, surgem as verdadeiras questões; as melhores técnicas ou os melhores meios de obter estes resultados. Em dezenas de anos os programas de luta contra o analfabetismo

e pela leitura deram resultados, mesmo ao se depararem com uma enorme dificuldade econômica como a pobreza, e talvez também cultural. Particularmente não me sinto com competência para entrar nestas discussões que, aliás, são sempre cercadas por jogos políticos. No Brasil, também há um debate recorrente: a cultura oral, ou seja, a do conto, deve ser considerada como um instrumento que favorece à aculturação ou é preciso priorizar o ensino da cultura escrita, abandonando as culturas orais? São temas sempre debatidos e discutidos. Suponho que deveria haver um modo de mensurar cientificamente os efeitos de determinada política. A política que consiste em dar livros às crianças ao término da escola tem dado resultado? O que as pessoas têm feito com esses livros? Venderam, deram, guardaram? Isto foi um vetor da presença da escrita nos meios que não a conheciam. Seria preciso talvez substituir no fluxo de discursos benevolentes, muitas vezes politizados, pesquisas dos resultados obtidos por determinada iniciativa, determinada forma de aprendizagem, determinada presença da escrita. Há muitas pessoas que desenvolvem pesquisas e questionários nas faculdades de educação, que mensuram os resultados das diversas iniciativas tomadas no contexto escolar e fora da escola. O que é preciso evitar, sobretudo, são os discursos sem fundamentos, que os intelectuais gostam muito de fazer e, particularmente, os intelectuais franceses. Sem investigação, pesquisa, nem trabalho, apenas podemos projetar nossa opinião como se fosse um diagnóstico do real.

Dessa forma, penso que é preciso retornar aos estudos que estão disponíveis

ou que é necessário lançá-los. Não creio que as comparações históricas possam ser muito seguras. É certo que havia um grande analfabetismo na Europa do século XVII e ainda há um grande analfabetismo no Brasil do século XXI. Mas a mesma porcentagem de população analfabeta, em contextos históricos completamente diferentes, possui significações diferentes. Na Europa do século XVII a necessidade da alfabetização não era nem uma evidência e nem um dever do Estado, longe disso. Eram numerosos os discursos que afirmavam que era muito bom as pessoas do povo ou as mulheres não saberem escrever. Hoje, ninguém ousaria dizer que é formidável ter 20% de analfabetos. A luta contra o analfabetismo depende de cada um de nós, enquanto que no século XVII não havia o mesmo. Portanto, é preciso suspeitar das comparações históricas que, freqüentemente, isolam um fato ou um dado do contexto que lhe dá sentido.

CMMD: O senhor pensa em realizar uma pesquisa no Brasil?

RC: Quem me dera! Tenho menos familiaridade com a língua portuguesa do que com a de *Shakespeare* ou de *Cervantes*. Não podemos improvisar. Para trabalhar, é preciso ter uma certa competência. Se eu trabalhasse o Brasil, seria sobre o período dos séculos XVII e XVIII. Mas receio que meu conhecimento do português, que é suficiente para ler textos contemporâneos de colegas ou de escritores, encontre dificuldade nos textos antigos. Penso que é por isso que jamais dei o passo para trabalhar sobre a realidade brasileira. Mas é possível, e é

preciso sempre aprender. Então, quem sabe?

CMMD: Desde o início me interessei em conhecer um pouco sua vida de estudante, quando o senhor era jovem. Durante toda a vida o senhor foi um autor apaixonado?

RC: Há um famoso artigo de *Pierre Bourdieu* que se chama “*A ilusão biográfica*”, texto que trata de duas coisas importantes que explicam porque não falo de mim. Primeiro, em “*A Ilusão biográfica*”, Bourdieu diz que quando se é levado a falar de si, sobretudo no caso dos intelectuais, transforma-se em necessidade o que foi acaso, circunstâncias, encontros. O discurso de si sobre si criado da continuidade, da necessidade onde havia, na vida real, uma série de descontinuidades e de acasos. É esta a primeira ilusão. A segunda é falar de si como de um “eu” separado, singular. Tentei durante toda nossa conversa evitar isto dizendo que muitos historiadores tiveram a mesma trajetória intelectual dentro do mesmo contexto social. Não podemos reivindicar a força da história social ou dos saberes sociológicos e falar de si como se isso não tivesse nenhuma importância. Porém, muitos o fazem. De um lado, reconhecem que a sociologia é muito útil para definir os perfis coletivos, mas, de outro, quando os fazemos falar deles mesmos, o fazem supondo que toda trajetória de vida ou de trabalho é irredutivelmente singular e pessoal. Em um certo nível sim, mas não neste que pode ser útil para a compreensão dos interesses ou práticas intelectuais. Portanto, me recuso sempre a responder questões muito pessoais, talvez por pudor mas, sobretudo,

para evitar armadilhas designadas por Bourdieu. Alguns autores brincaram com este registro da ilusão assumindo-o como tal e inventando experiências ou preferências imaginárias, como por exemplo, *Borges* e *Foucault*. Os que utilizam entrevistas que deram para extrair dados objetivos caem totalmente nas armadilhas que lhes estenderam. Quando *Pierre Nora* inventou este conceito de ego-história, que conduz o historiador a se colocar como objeto de seu discurso, fez algo terrível, porque todos os historiadores se precipitaram em contar suas vidas. De fato, a quem se pede para fazê-lo? Aos astros do cinema. A grandes esportistas. Aos políticos. No entanto, todos os intelectuais ou todos os professores a quem se pediu para contar sua vida, ficaram contentes. Para eles isso significava transformar seu status na sociedade. Mas, seus textos são, salvo algumas exceções, absolutamente chatos. Como diz Bourdieu, porque pedimos aos historiadores para contar sem método, vidas sem história? Fora existências como a de Jean-Pierre Vernant, herói da Resistência Francesa, os outros, os nossos, ordinários e banais, são insignificantes. Elas nos importam, mas não acho que mereçam ser contadas. Isto diz, que a história das gerações, das tradições ou das inovações intelectuais deve ser escrita. E os historiadores, como os outros, devem responder questionários, construir arquivos de seu trabalho, dizer o que lhe parece ser o sentido de suas pesquisas. Mas a análise pertence aos que dispõem dos instrumentos de compreensão sociológica necessário para conhecer o que os indivíduos desconhecem, para compreender as determinações, contrariando as escolhas

ditas como livres, para situar, nos incômodos do coletivo, os percursos individuais.

Transcrição da gravação da entrevista em francês: Florence Amiel e Claudete Dias

Revisão: Roger Chartier

Tradução: Luiza de Marilac Veras Uchôa

Revisão Final: Florence Amiel, Luiza de Marilac Uchoa e Claudete Dias.

BIOGRAFIA DE ROGER CHARTTIER

No cenário contemporâneo das ciências humanas e sociais, Roger Chartier, (Lyon, França, 1945), é um « pensador chave » e um representante ilustre da Nova História Cultural francesa. Diretor de Estudos da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Paris/França, é um dos especialistas mundiais mais importantes no campo da história da escrita, do livro e da leitura, graças às investigações rigorosas que faz dos textos escritos desde o papiro, aos manuscritos do Antigo Regime na França e da Revolução Francesa, ao texto eletrônico do mundo digital da contemporaneidade, “para entender os significados das rupturas na história dos livros e dos leitores”. Frequentemente convidado para participar de seminários, conferências e para ministrar cursos em universidades européias, norte americanas, brasileiras e latino americanas, lê fluentemente várias línguas, inclusive o português (praticamente sem sotaque). Roger Chartier impressiona pela produção acadêmica e científica: é autor de uma significativa bibliografia com vários livros, traduzidos e publicados em diversos idiomas como francês (língua materna), inglês, espanhol e português. No Brasil, é muito estudado nos cursos de pós-graduação de educação e história e diretor de estudos de brasileiros em temporada de doutorado e pós-doc., na França. É co-autor e coordenador de coletâneas com outros pesquisadores franceses e espanhóis, além de numerosos artigos publicados em periódicos do mundo inteiro. Sua vasta produção revela um talento raro de criação, tanto individual quanto coletiva, compartilhando projetos com historiadores e sociólogos do nível de Pierre Bourdier, Jacques Revel, Jacques Le Goff, Philippe Ariès e Georges Duby. Na década de 1970, quando trabalhava com história da educação, publicou com Dominique Julia e M. M. Compère, o livro: *L'Éducation em France du XVI^e au XVIII^e siècles* (Paris, SEDES, 1976), considerada uma obra prima. Como mostra desta vasta produção bibliográfica, relacionamos abaixo seus livros, artigos, prefácios e entrevistas em português:

- A História Cultural entre Práticas e Representações. Tradução Maria Manuela Galhardo, Lisboa, Difel, 1988, 244p.

- “As Práticas da Escrita”, IN História da Vida Privada, 3, Da Renascença ao Século das Luzes, direção: Philippe Ariès e Roger Chartier, São Paulo, Companhia das Letras, 1991. pp. 112-161.

- “O Mundo como Representação”, IN Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, Volume 5, Numero 11, Janeiro-Abril 1991, pp. 173-191.
- “Textos, impressão, leituras”, IN A Nova História cultural, Lynn Hunt . São Paulo, Martins Fontes, 1992, pp. 211-238.
- “A historia hoje: dúvidas, desafios, propostas”, IN Estudos Históricos, 13, “CPDOC 20 Anos”, Janeiro-Junho 1994, pp. 97-113.
- “Leituras, leitores e ‘literaturas populares’ na Europa do Renascimento”. IN Estudos de Antropologia Social, Vol. 1, Núm. 1, 1995, pp. 49-68.
- “Cultura popular»: revisitando um conceito historiográfico”, IN Estudos Históricos, vol. 8, nº 16, 1995, pp. 179-192.
- “Entrevista com Roger Chartier”, Acervo. Revista do Arquivo Nacional, Vol. 8, No 1/2, “Leituras e leitores”, 1995, pp. 3-11.
- “A visão do historiador modernista”, IN Usos e abusos da História Oral, Organizadoras : Marieta de Moraes Ferreira, Janaína Amado, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 215-218.
- “O homem de letras”, IN O Homem do Iluminismo, Direção de Michel Vovelle, Lisboa, Editorial Presença, 1997, pp. 117-153.
- “Crítica textual e história cultural. IN O texto e a voz, séculos XVI-XVII”, Leitura: Teoria e Prática, 30, Dezembro 1997, pp. 67-75.
- História da leitura no Mundo ocidental.: Guglielmo Cavallo e Roger Chartier, (Organizadores). Tradução: Fulvia M.L. Moretto, Guacira Marcondes Machado, José Antonio de Macedo Soares, São Paulo, Editora Ática, 1, 1998.
- “Introdução,” “A enforcada que foi salva miraculosamente. Estudo de um Livro de Cordel”, e “Do ritual ao foro privado: as certidões de casamento lionesas no século XVII”, IN As Utilizações do Objeto Impresso (Séculos XV-XIX), Direção de Roger Chartier, Tradução: Ida Boavida, Alges, 1998, pp. 9-21, 85-130 e 227-248.
- “Leituras e leitores ‘populares’ da Renascença ao período clássico”, IN História da leitura no Mundo ocidental, organizadores: Guglielmo Cavallo e Roger Chartier, Tradução Claudia Cavalcanti, Fulvia M.L. Moretto, Guacira Marcondes Machado, José Antonio de Macedo Soares, São Paulo, Editora Ática, 2, 1999 : pp. 117-134).
- “O livro dos livros”, Prefácio do livro Histórias e leituras de almanaques no Brasil, de Margareth Brandini Park, Campinas, Mercado das Letras, 1999, pp. 9-13.
- “As revoluções da leitura no Ocidente”, IN Leitura, História e História da Leitura, Campinas, Mercado de Letras, 2000, pp. 19-31.
- Cultura escrita, literatura e História. Conversas de Roger Chartier. Tradução Ernani Rosa, Porto Alegre, Artmed Editora, 2001, 1989.
- “Literatura e História”. IN Topoi. Revista de História, PPGHIS – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1, 2000, pp. 197-207.
- “Uma crise da História? A historia entre narração e conhecimento”, IN Fronteiras do Milênio, Sandra Jatahy Pesavento (Organizadora): Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001, pp. 115-140.
- “O príncipe, a biblioteca e a dedicatória”, IN O Poder das bibliotecas. A memória dos livros no Ocidente, Sob a direção de Marc Baratin e Christian Jacob, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2000, pp. 182-199.

- Do palco à página. Publicar teatro e ler romances na época Moderna (séculos XVI-XVIII). Tradução Bruno Feitler, Rio de Janeiro, Casa de Palavra, 2002, 128 p.
- A beira da falésia : a história entre incertezas e inquietude. Tradução Patrícia Chittoni Ramos, Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- “Pierre Bourdieu e a história”. IN Topoi, Revista de História, PPGHIS – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 4, 2002, pp. 139-157.
- “A propriedade e o privilégio” Prefácio do livro Carta sobre o comércio do livro de Denis Diderot. Rio de Janeiro, Casa de Palavra, 2002, pp. 9-27.
- Formas e sentido. Cultura escrita : entre distinção e apropriação. Tradução Maria de Lourdes e Meirelles Matencio, Campinas, Associação de Leitura do Brasil e Mercado de Letras, 2003.
- “O tempo das dúvidas”, IN Leituras em História, André Luz Joaquinho, Claudio De Nipoti (Org.). Curitiba, Aos Quatro Ventos, 2003, pp. 3-13.
- “Mulheres de papel”, Prefácio do livro Álbum de leitura. Memórias de vida, histórias de leitoras de Lilian de Lacerda, , São Paulo, Editora UNESP, 2003, pp. 17-24.
- “A história da vida privada, vinte anos depois”, Os espaços de sociabilidade na Íbero-América (sécs. XVI-XIX), Coordenação de Maria Graça A. Mateus Ventura, Lisboa, Edições Colibri / Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2003, pp. 41-56.
- Os Desafios da Escrita. Tradução de Fulvia M. L. Moretto. – São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- Leituras e leitores na França do Antigo Regime. Tradução Álvaro Lorencini. – São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- Práticas de leitura / sob a direção de Roger Chartier; uma iniciativa de Alain Paire. Tradução Cristiane Nascimento; Introdução de Alcir Pécora. – 2. ed. – São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução Mary Del Priori. – Brasília: Editora da UnB, 1994.
- A aventura do livro. Do leitor ao navegador. Conversações com Jean Lebrun. Tradução de Reginaldo Carmello Correa de Moraes. – São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- Cultura e Escrita, Literatura e História. Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Tradução Ernani Rosa. – Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001;

¹ Claudete Maria Miranda Dias é Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI/1973). Especialista em História do Brasil – Universidade Federal Fluminense (UFF/ 1980); Mestrado em História do Brasil – Universidade Federal Fluminense – (UFF/1985); Doutorado em História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro – (UFRJ/1999); Pós-doutorado em História Cultural – Universidade Federal Fluminense – UFF/2003) e Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais – Paris – França (EHESS/2004). Atualmente está em fase final da pesquisa de pós-doutorado sobre a influência cultural francesa na formação dos intelectuais brasileiros e o Brasil como paradigma nos estudos em ciências humanas e sociais em Paris; Professora Adjunto IV, do Departamento de Geografia e História da UFPI desde 1990, quando se transferiu da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde ingressou em 1979; ministra as disciplinas de História do Brasil e do Piauí, História da Arte, História do Presente, História dos Movimentos Sociais e coordena dois trabalhos de extensão universitária: QUE HISTÓRIA É ESSA?, com a colaboração da bolsista Solane Caldas;

e o Programa de Educação Ambiental - AMBIENTE-SE, em São Raimundo Nonato-Piauí. Faz parte do quadro permanente do Mestrado em História da UFPI ligada à linha de pesquisa Cultura, Sociedade e Movimentos Sociais, atualmente coordenando o projeto de pesquisa: O PIAUI QUE O BRASIL NÃO VÊ: História, arte e cultura, apoiado pelo CNPq/UFPI, para elaborar a ENCICLOPÉDIA PIAUIENSE, em conjunto com o Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento. Desde 1980 desenvolve pesquisas em História Social do Piauí - enfocando a guerra da colonização que extinguiu as populações nativas, a formação da sociedade e do aparato político, as lutas pela independência do Brasil, a batalha do Jenipapo e Balaiada, a história biográfica das lideranças populares, os conflitos de terra e a mudança da capital de Oeiras para Teresina, resultando na publicação de livros, artigos, resenhas, reportagens e matérias em jornais e revistas do Piauí, do Brasil e da França.